Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” Hospital e Maternidade Sotero de Souza - Santa Casa de Misericórdia de São Roque

CNPJ : 66.518.267/0038-75

Demonstrações Contábeis Exercício de 2024

Balanco Patrimonial dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)				Demonstração dos Resultados dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)							
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	
Ativo Circulante				Passivo Circulante				Receitas Líquidas	12	55.292.698,45	50.929.558,38
Caixa e Equivalente de Caixa	4	2.660.309,78	5.144.819,55	Fornecedores		2.939.955,87	2.280.578,00	Contratos de Gestão e Convênios	13	56.312.555,94	52.605.431,56
Adiantamentos a Fornecedores		-	249,90	Obrigações Trabalhistas	8	731.584,63	600.706,91	Realização de Bens Públicos em nosso poder	1	09.774,43	57.053,65
Adiantamentos a Empregados	5	157.408,16	121.923,26	Obrigações Sociais e Fiscais	9	581.305,96	559.550,92	(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3g	(1.129.631,92)	(523.987,78)
Adiantamentos para Despesas		2.527,91	3.000,00	Contas a Pagar		79.855,69	73.340,72	Provisões para Recursos Públicos		-	(1.208.939,05)
Impostos Recuperáveis		-	15.169,97	Provisões para Férias e Encargos		1.728.256,03	1.465.322,53	Custos		(53.811.413,87)	(48.047.333,72)
Outros Créditos		728,00	51,83	Passivo Não Circulante				Pessoal e Reflexo	15	(21.549.164,97)	(18.518.230,21)
Estoques	6	2.354.596,00	1.456.301,30	Provisões para Contingências	10	75.863,10	75.863,10	Serviços Terceirizados	16	(27.568.932,41)	(23.571.654,45)
Despesas Antecipadas		14.356,72	10.781,96	Recursos Governamentais a Realizar		10.872,80	10.872,80	Medicamentos e Materiais de Consumo	17	(4.693.316,49)	(5.957.449,06)
		5.189.926,57	6.752.297,77	Bens Públicos em nosso poder	11	2.565.318,62	1.545.461,13	Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	22	(5.032.133,37)	(4.317.195,05)
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido				(-) Isenção da CPP Usufruída	22	5.032.133,37	4.317.195,05
Imobilizado	7	2.565.318,62	1.545.461,13	Patrimônio Social		1.596.062,79	2.220.243,09	(=) Resultado Bruto		1.481.284,58	2.882.224,66
		2.565.318,62	1.545.461,13	Déficit do Exercício	24	(3.027.253,33)	(624.180,30)	Despesas		(4.860.597,33)	(4.090.831,88)
				Transferências Patrimoniais		473.423,03	-	Impostos, Taxas e Contribuições		(15.275,62)	(10.226,40)
Total do Ativo		7.755.245,19	8.297.758,90			(957.767,51)	1.596.062,79	Despesas Gerais	18	(4.845.321,71)	(4.004.742,38)
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.755.245,19	8.297.758,90	Outras Receitas		39.825,95	4.194,15

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)				
	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	2.394.726,40	(174.483,31)	2.220.243,09
Incorporação do Superávit/Déficit	2.394.726,40	(2.394.726,40)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(174.483,31)	-	174.483,31	-
Déficit do Exercício	-	(624.180,30)	-	(624.180,30)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.220.243,09	(624.180,30)	-	1.596.062,79
Incorporação do Superávit/Déficit	(624.180,30)	624.180,30	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	473.423,03	473.423,03
Déficit do Exercício	-	(3.027.253,33)	-	(3.027.253,33)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.596.062,79	(3.027.253,33)	473.423,03	(957.767,51)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertoga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O CEJAM mantém junto à Prefeitura da Estância Turística de São Roque o Contrato de Gestão nº 01/2022, com prazo de vigência de 12 meses, contados a partir de 21 de fevereiro de 2022, no montante de R\$ 40.394.685,08 a ser repassado em 12 parcelas, visando a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Roque. E seu último ato contratual gerou o Contrato de Gestão nº 01/2023, com prazo de vigência de 4 meses, contados a partir de 10 de março de 2025, no montante de R\$ 985.431,96 a ser repassado em 4 parcelas, visando a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Roque. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto de continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis - 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras carve-out da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficiárias de assistência social. Estas demonstrações financeiras carve-out contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações do Contrato de Gestão nº 01/2023, gerido pelo CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras carve-out podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Contrato de Gestão nº 01/2023 tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras carve-out, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras carve-out da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. **3.a) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. • **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do Termo de Colaboração, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. • **Reconhecimento e mensuração inicial:** A entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. • **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Termo de Colaboração e Operacionalização e outros créditos. • **Passivos financeiros:** Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • **Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2024, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.b) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.** O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado.

Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2024 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormente definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benefetórias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.c) Intangível:** • **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.k) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2024	2023
Banco – Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil S.A.	2.645.807,08	5.143.893,56
Banco Santander (Brasil) S.A.	14.502,70	925,99
	2.660.309,78	5.144.819,55

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 9,79 % ao ano.

5. Adiantamento a Empregados	2024	2023
Adiantamentos de Férias	157.408,16	121.923,26
	157.408,16	121.923,26

6. Estoques	2024	2023
Diets Parenterais	3.777,87	2.181,87
Nutrição Enteral	10.852,81	15.945,20
Materiais de Laboratório / Reagentes	6.053,79	6.426,74
Medicamentos	1.149.584,23	617.138,80
Materiais Médico / Hospitalar	877.190,15	563.958,47
Materiais de Expediente / Escritório	48.323,73	22.549,80
Materiais de Manutenção	18.150,61	3.243,44
Materiais de Informática	622,40	286,90
Materiais de Limpeza e Descartáveis	102.691,75	44.170,76
Materiais de EPI e EPC	9.891,43	8.865,05
Materiais Cirúrgico	9.561,29	26.847,11
Materiais de Higiene	1.629,80	1.069,47
Gêneros Alimentícios	45.732,90	73.216,17
Utensílios de Copa	20.549,22	11.597,78
Materiais Impressos	5.419,50	6.543,44
Peças e Acessórios	18.327,90	8.508,01
Uniformes e Rouparias	21.404,16	33.051,84
Gases Hospitalares	0,02	9.989,06
Utensílios Diversos	4.709,56	545,75
Tecidos, Aviaamentos e Armários	122,88	165,64
	2.354.596,00	1.456.301,30

7. Imobilizado	2024	2023
Imobilizado de Gestão Pública		
Benefetórias em Imóveis de Terce.	10%	1.364.419,39
Instalações	10%	90.000,00
Máquinas e Equipamentos	10%	46.661,43
Equipamentos de Uso Médico	10%	1.998,37
Equipamentos de Informática	20%	2.889,40
Móveis e Utensílios	10%	126.011,14
Aparelhos e Inst. de Uso Médico	10%	3.481,40
		1.545.461,13

Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura da Estância Turística de São Roque, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

8. Obrigações Trabalhistas	2024	2023
Salários a Pagar	715.492,19	597.766,93
Pensões Alimentícias a Pagar	1.706,96	2.939,98
Rescisões a pagar	14.385,48	-
	731.584,63	600.706,91

9. Obrigações Sociais e Fiscais	2024	2023
INSS a Recolher	80.325,94	115.551,85
FGTS a Recolher	176.484,10	160.770,22
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	2.300,10	1.045,00
IRRF a Recolher	98.115,16	90.067,28
IRRF Retido de PJ a Recolher	28.311,83	20.808,52
CSRF a Recolher	179.585,61	64.836,92
INSS Retido de PJ a Recolher	16.041,14	101.140,08
ISS Retido de PJ a Recolher	142,08	5.331,05
	581.305,96	559.550,92

10. Provisões para Contingências	2024	2023
Provisões para Contingências Trabalhistas	75.863,10	75.863,10
	75.863,10	75.863,10

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)		
	2024	2023
(=) Déficit do Exercício	(3.027.253,33)	(624.180,30)
Total do Res. Abrangente do Exercício	(3.027.253,33)	(624.180,30)

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)		
	2024	2023
Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício (Aumento) Redução do Ativo	(3.027.253,33)	(624.180,30)
Adiantamentos a Fornecedores	249,90	(249,90)
Adiantamentos a Empregados	(35.484,90)	(12.279,96)
Adiantamentos para Despesas	472,09	-
Impostos Recuperáveis	15.169,97	(15.169,97)
Outros Créditos	(676,17)	(51,83)
Estoques	(898.294,70)	662.270,40
Despesas Antecipadas	(3.574,76)	4.329,42
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	659.377,87	(59.668,47)
Obrigações Trabalhistas	130.877,72	36.800,26
Obrigações Sociais e Fiscais	21.755,04	159.534,66
Provisões para Férias e Encargos	262.933,50	9.307,63
Provisões para Contingências	-	75.863,10
Recursos Governamentais a Realizar	(90.000,00)	208.372,59
Outras Obrigações	6.514,97	62.398,51
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(2.957.932,80)	

ministração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

22. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal): A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2024 foi de R\$ 5.032.133,37 e do ano de 2023 foi de R\$ 4.317.195,05 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Table with 3 columns: 2024, 2023, and 2024. Rows include Cota Patronal INSS, Cota Patronal s/ Serviços Prestados por Pessoas Físicas, Imunidade Usufruída, and Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento.

23. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regula-

mento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. 24. Déficit do Exercício: O Déficit de 2024 foi de R\$ 3.027.253,33 e do Exercício de 2023 foi de R\$ 624.180,30.

São Roque, 31 de dezembro de 2024.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

MONITORAMENTO DE METAS - CONTRATO DE GESTÃO

Table with 15 columns: Indicador, Meta >, Janeiro, Fevereiro, mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov, dez, Quadri, Meta. Rows include Consultas Médicas, Cardiologia, Cirurgia Geral, etc.

Table with 15 columns: Indicador, Meta >, Janeiro, Fevereiro, mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov, dez, Quadri, Meta. Rows include Atendimento de Urgência em atenção especializada, PS Adulto, PS Infantil (0 a 12 anos), PS GO.

Table with 15 columns: Indicador, Meta >, Janeiro, Fevereiro, mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov, dez, Quadri, Meta. Rows include Cirurgias Eletivas, Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, etc.

Table with 15 columns: Indicador, Meta >, Janeiro, Fevereiro, mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov, dez, Quadri, Meta. Rows include Exames de Ultrassonografia e, Exames de Raio X e, Exames de Mamografia e, Eletrocardiograma e, Tomografia.

Table with 15 columns: Indicador, Meta >, Janeiro, Fevereiro, mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out, nov, dez, Quadri, Meta. Rows include Taxa de Infecção Hospitalar, Taxa de Satisfação dos usuários, Atendimento ao Usuário resolução de queixas, etc.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "CARVE-OUT"

"Carve-out": Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outros assuntos - Restrições sobre o uso e distribuição: As demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela Administração do CEJAM com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal da Estância Turística de São Roque. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal da Estância Turística de São Roque identificados pelo CEJAM e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CEJAM e Secretaria Municipal da Estância Turística de São Roque. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, para as quais emitiram relatório datado de 11 de abril de 2024 sem ressalvas. Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis "carve-out": A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis "carve-out": Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2025. BDO RCS Auditores Associados SS Ltda. - CRC 2 SP 015165/O-8 Carlos Aragaki - Contador CRC 1 SP 132091/O-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo. Pregão Eletrônico nº. 020/2025 - UASG 986841. Processo nº. 8020/2025. Objeto: O presente processo tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO para atendimento às necessidades do Município, conforme Edital e seus anexos.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00662884552025. UASG - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Nº Processo: 147.00027246/2024-21 - de Contratação: 90810/2025. Objeto: Contratação de prestação de serviços de saúde para ATENDIMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL - em favor do usuário: G. C. S. - na Cidade de PIRAJUÍ/SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS. ERRATA: Na publicação da Folha de São Paulo - A33 - data 30 de abril de 2025 - Termo de Homologação / Adjudicação / Extrato Ata de Registro de Preços - Objeto: Aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene e materiais descartáveis, para atender às necessidades de diversas secretarias e departamentos desta municipalidade. ONDE CONSTA: LC Med Materiais Médicos e Hospitalares Ltda. LEIA-SE: LC Comércio de Embalagens Ltda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo. Pregão Eletrônico nº. 021/2025 - UASG 986841. Processo nº. 8021/2025. Objeto: O presente processo tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de Kits de Complemento Alimentar para Portadores de Diabetes cadastrados no Programa da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Edital e seus anexos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2025 - TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO - Objeto: Registro de preços para a aquisição de produtos para montagem de kit enxoval do bebê, para as gestantes que participarem do curso de gestante oferecido pelo Departamento Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE LORENA. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2025. Processo Administrativo nº229/2025, registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Buffet, do tipo MENOR PREÇO. O Edital está à disposição oficial em: www.camaralorena.sp.gov.br/licitacoes e no site da Plataforma BMMNET: www.novobmmnet.com.br. Mais informações telefone (12) 3159-1300.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA. PREGÃO ELETRÔNICO 015/2025 - MEMORANDO 3085/2025 - Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de Agente de Apoio, Bombeiro civil, Mão de Obra Temporária e Segurança não armada, para atender o calendário de eventos e ações do Município de Interesse Turístico de Nazaré Paulista/SP pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses com entregas parceladas conforme locais indicados no Termo de Referência-Anexo I.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00662854232025. UASG - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Nº Processo: 147.00001298/2025-59 - Nº da Contratação: 90809/2025. Objeto: Contratação de prestação de serviços de saúde para ATENDIMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL - em favor do usuário: M. F. B. S. - na Cidade de MARILIA/SP.

ABANDONO DE EMPREGO. Solicitamos o comparecimento de DEBORA BARBOSA DE SOUZA, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. APOIO FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. Rua Beira Rio 57, Vila Olímpia, São Paulo - SP, 05458-050. Data: 09/05/2025

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA. AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 044/2025 PROC. ADM. nº. 0554/2025 Tipo da Licitação: Menor Valor do Lote. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE ACESSO À INTERNET DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER PRESTADOS POR EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS, UTILIZANDO INFRAESTRUTURA BASEADA EM FIBRA ÓPTICA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90003/2025 - UASG 990202. Modalidade: Pregão Eletrônico; Nº Processo: 161.00279518/2024-6; Objeto: Constituição de sistema de registro de preços de suprimentos de informática; Total de Itens Licitados: 04 (quatro); Valor total da licitação: R\$ 51.290,00 (cinquenta e um mil, duzentos e noventa reais); Disponibilidade do edital: 12/05/2025; Horário: das 08h00 às 17h59; Endereço: Rua Florêncio de Abreu, 848 - Luz - São Paulo - SP; Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br; Entrega das Propostas: a partir de 12/05/2025 às 09h30 no site: www.gov.br/compras; Abertura das Propostas: 04/06/2025 às 09h30 no site: www.gov.br/compras; Fonte: DOESP e PNCP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL. AVISO DE LICITAÇÃO. REABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 - Edital nº 12/2025 - Processo nº 018/2025 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE VEÍCULOS TIPO VAN. Abertura: 22/05/2025 às 08h00min. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025 - Edital nº 15/2025 - Processo nº 021/2025 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS. Abertura: 23/05/2025 às 08h00min. O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se disponíveis nos endereços da internet: www.palmital.sp.gov.br e www.bl.org.br. Ptal, 08/05/2025. Luís Gustavo Mendes Moraes - Prefeito Municipal.